O acordo e sua história

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Acordo entre a República de Singapura e a Confederação Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda foi assinado em Singapura em 24 de fevereiro de 2011. Entrou em vigor em 1º de agosto de 2012 e produziu efeitos para Singapura a partir de 1º de janeiro de 2013. Substituiu um acordo de 1975, anterior aos modernos centros financeiros de ambos os países e desprovido de uma cláusula eficaz de troca de informações.[1] Um protocolo assinado em 27 de julho de 2017 adequou o acordo aos padrões mínimos do BEPS sobre abuso de tratados e solução de controvérsias, porque a Suíça optou por implementar esses padrões bilateralmente com a maioria dos parceiros em vez de fazê-lo pelo Instrumento Multilateral. Por isso, o acordo não é modificado pelo MLI e deve ser lido em conjunto com o protocolo de 2017.[2]

O acordo abrange apenas os impostos sobre a renda. O imposto suíço sobre a fortuna e os impostos cantonais sobre heranças e doações ficam fora dele, assim como o GST e o imposto de selo de Singapura. Esse âmbito é a primeira coisa que um cliente com bens nos dois lugares precisa entender. O imposto suíço sobre a fortuna incidente sobre tokens detidos por um residente na Suíça não é afetado por nada no tratado. Um residente em Singapura com tokens na Suíça não paga imposto suíço sobre a fortuna porque não é residente na Suíça, com ou sem tratado. O

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tratado reparte o poder de tributar a renda entre os dois Estados segundo o modelo da OCDE de sua época e estabelece, no artigo 4, as regras que decidem qual deles prevalece quando ambos consideram a mesma pessoa residente.

Notas

1. Agreement between the Republic of Singapore and the Swiss Confederation for the Avoidance of Double Taxation with respect to Taxes on Income, assinado em 24 de fevereiro de 2011, em vigor desde 1º de agosto de 2012; SR 0.672.968.91; IRAS, lista de DTAs, Suíça. ↩
2. Protocolo que altera o Acordo de 24 de fevereiro de 2011, assinado em 27 de julho de 2017. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com